

AVISO PGJ n. 610/2015, de 21/10/2015
20º CONCURSO DE CREDENCIAMENTO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DE SÃO PAULO

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, a pedido do Presidente da Comissão do 20º Concurso de Credenciamento de Estagiários do Ministério Público do Estado de São Paulo, FAZ PUBLICAR A TODOS OS INTERESSADOS, os cadernos de perguntas e os respectivos gabaritos, da prova realizada no dia 18 de outubro de 2015, bem como instruções, para apresentação de eventual recurso.

1. Abre-se o prazo de 5 (cinco) dias para recursos, contados a partir da publicação deste Aviso.

1.1. No prazo do recurso o candidato, diretamente ou por intermédio de procurador habilitado com poderes específicos, poderá arguir perante a Comissão de Concurso, sob pena de preclusão, a nulidade de questões por deficiência na sua elaboração e incorreção das alternativas apontadas.

1.2. A arguição deverá ser motivada, sob pena de não conhecimento.

1.3. A arguição deverá ser protocolada na Secretaria do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional/Escola Superior do Ministério Público ou nas Áreas Regionais (Anexo I do Edital), **das 11h às 19h, até o dia 27/10/2015**, que adotará as seguintes providências:

- a) levará a arguição ao sistema de processamento, onde receberá uma senha que torne a identificação inviolável, e que não será do conhecimento do candidato;
- b) encaminhará a arguição, sem identificação do candidato à Comissão do Concurso, que julgará o pedido no prazo de 3 (três) dias;

1.4. Havendo mais de uma arguição, a Comissão do Concurso às reunirá para divulgação conjunta do resultado dos julgamentos.

1.5. Ultrapassado o prazo previsto no item 8.1. do Edital e resolvidos os recursos, se apresentados, será publicado o gabarito definitivo e a lista dos aprovados, relacionados por Região, no Diário Oficial do Estado (Poder Executivo - Seção I) e divulgados no site do MPSP (www.mpsp.mp.br) e do CEAF/ESMP (www.esmp.mpsp.mp.br), pela ordem alfabética dos prenomes.

2. Não haverá, em nenhuma hipótese ou sob qualquer pretexto, vista de prova ou revisão de nota atribuída.

PROVAS E GABARITOS

PROVA A

1. Assinale a alternativa correta:

- a) O Ministério Público é órgão auxiliar do Poder Legislativo, incumbido de zelar pela ordem jurídica, pelo regime democrático e pelos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- b) O Ministério Público integra o Poder Judiciário e tem como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- c) O Ministério Público é uma Instituição essencial à função jurisdicional do Estado, a quem incumbe a titularidade da ação penal pública.
- d) O Ministério Público é instituição independente dos demais poderes, dotado de autonomia financeira, cujos membros podem exercer a advocacia, desde que previamente autorizados pelo Procurador-Geral de Justiça.

2. Assinale a alternativa correta:

- a) O Ministério Público atua como fiscal da lei, mas não como fiscal da ordem jurídica.

- b) Cabe sempre ao juiz decidir se o Ministério Público deve ou não intervir no processo.
- c) Cabe sempre ao Ministério Público decidir se atua ou não no processo, não podendo o juiz exercer qualquer tipo de controle da atuação do Promotor de Justiça, tendo em vista a independência funcional.
- d) No exercício de suas funções, o Ministério Público é legitimado a propor ações, bem como a exercer poderes investigatórios, que não se restringem ao âmbito penal.

3. Assinale a alternativa correta:

- a) Não há previsão para a atuação do Ministério Público em ações diretas de inconstitucionalidade.
- b) Ao Ministério Público não é prevista a função de defender o patrimônio público, considerando que as pessoas jurídicas de direito público possuem procuradores incumbidos dessa defesa.
- c) Cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia.
- d) Não cabe ao Ministério Público promover o controle de constitucionalidade de leis municipais, haja vista o interesse meramente local.

4. Assinale a alternativa correta:

- a) É função do Ministério Público a representação judicial das entidades públicas que não constituam advogados para se defender.
- b) O Ministério Público pode promover representação para fins de intervenção do Estado em Municípios, nos casos previstos na Constituição Federal.
- c) Não é função do Ministério Público defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- d) É função do Ministério Público a defesa e a consultoria de entes públicos.

5. Assinale a alternativa correta:

- a) Não cabe ao Ministério Público promover a responsabilidade civil daqueles que causam dano ao meio ambiente.
- b) A legitimidade atribuída ao Ministério Público para as ações civis é sempre exclusiva, nunca concorrente.
- c) O rol de funções constitucionais do Ministério Público é taxativo.
- d) Cabe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público, inclusive para pleitear, em juízo, o ressarcimento dos danos ao erário.

6. Considerado o *iter criminis*, nos crimes materiais, pune-se a

- a) preparação, a execução e a consumação.
- b) execução e a consumação.
- c) cogitação, a preparação e a execução.
- d) cogitação, a execução e a consumação.

7. Crimes que lesam dois ou mais bens jurídicos; crimes que têm resultado naturalístico, mas não dependem da sua ocorrência para se consumarem; crimes que exigem uma especial condição do sujeito ativo, são denominados pela doutrina, respectivamente, de

- a) complexos, formais e próprios.
- b) plurissubjetivos, de mera conduta e próprios.
- c) complexos, qualificados e de mão própria.
- d) plurissubsistentes, formais e especiais.

8. Dois dias antes de completar 18 anos, "A", agindo com intenção de matar, atira em um desafeto, que vem a falecer uma semana depois, quando "A" já havia completado 18 anos. Na hipótese, é correto afirmar que

- a) "A" é culpável, pois o Código Penal adota, para o tempo do crime, a teoria do resultado, que ocorreu quando ele já havia completado 18 anos.
- b) "A" não é culpável, pois o Código Penal adota, para o tempo do crime, a teoria da ubiquidade.
- c) "A" não é culpável, pois o Código Penal adota, para o tempo do crime, a teoria da atividade, que ocorreu quando ele tinha menos de 18 anos.

d) "A" é culpável, pois o Código Penal adota, para o tempo do crime, a teoria da equivalência dos antecedentes causais.

9. Em relação aos institutos da desistência voluntária e do arrependimento eficaz (art. 15 do Código Penal), pode-se dizer que

a) a desistência voluntária aplica-se especificamente aos crimes sem violência ou grave ameaça.

b) na desistência voluntária, o agente esgota os meios de execução, mas o crime não se consuma por circunstâncias alheias à sua vontade.

c) a desistência voluntária é causa excludente de ilicitude.

d) no arrependimento eficaz, o agente se arrepende depois de esgotados os meios de execução e, por sua própria vontade, impede que o resultado se consuma, respondendo pelos atos praticados.

10. "A" e sua companheira "B" conviviam em união estável. "A" manifestou o desejo de romper a relação e por isso discutiram. Após, ambos foram dormir. "B", intencionada a matá-lo, por volta das 04 horas, enquanto "A" aparentemente dormia, desferiu-lhe 12 facadas. A perícia atestou que "A" morreu por volta de 02 horas, de infarto do miocárdio, sem relação com a discussão havida. No caso, "B"

a) não responde por qualquer crime por incidir, no caso, o instituto do crime impossível (art. 17 do Código Penal).

b) responde por crime na forma tentada, pois iniciou a execução do crime que não se consumou, pois "A" já estava morto.

c) responderá por crime preterdoloso.

d) está amparada por uma causa excludente de ilicitude.

11. Sobre o tema *concurso de pessoas*, assinale a alternativa que aponta circunstância que descaracteriza o instituto:

a) A pluralidade de condutas, ainda que haja divisão de tarefas.

b) A pluralidade de condutas colaterais.

c) A relevância causal das condutas, ainda que um dos agentes tenha participação de menor importância.

d) O liame subjetivo.

12. O Supremo Tribunal Federal iniciou o julgamento no qual se discute a descriminalização do crime de porte de droga para consumo pessoal. Vendo o noticiário pela televisão, acreditando sinceramente que o julgamento já havia se encerrado e que, doravante, a conduta não mais configuraria crime, uma pessoa adquire droga para consumo pessoal. O equívoco dessa pessoa caracteriza

a) erro de tipo

b) erro na execução material do delito (*aberratio ictus*).

c) delito putativo por erro de tipo.

d) erro de proibição.

13. Os artigos 33, § 3º, e 59, inciso III, ambos do Código Penal, determinam que, na fixação do regime inicial de cumprimento de pena, o juiz deverá considerar as circunstâncias judiciais favoráveis e desfavoráveis. Ao condenar um acusado à pena de 02 anos de detenção, e após analisar as referidas circunstâncias, o juiz poderá fixar o regime inicial

a) fechado ou semiaberto.

b) fechado, semiaberto ou aberto.

c) semiaberto ou aberto.

d) aberto, somente.

14. No sistema trifásico de aplicação da pena, o juiz deve considerar a reincidência (circunstância agravante genérica - art. 61, inciso I, do Código Penal) e a tentativa (causa geral de diminuição da pena - art. 14, inciso, II, do Código Penal)

a) na primeira e segunda fases, respectivamente.

b) na primeira e terceira fases, respectivamente.

c) ambas na segunda fase, uma compensando a outra.

d) na segunda e terceira fases, respectivamente.

15. A prescrição que ocorre entre a publicação da sentença condenatória e o trânsito em julgado da condenação, e calculada com base na pena concreta (fixada na sentença), é da pretensão

- a) punitiva, modalidade retroativa, que extingue todos os efeitos penais do fato.
- b) punitiva, modalidade intercorrente ou superveniente, que extingue todos os efeitos penais do fato.
- c) punitiva, modalidade propriamente dita, que extingue a pena, permanecendo intactos os efeitos secundários da condenação.
- d) executória, que extingue a pena, permanecendo intactos os efeitos secundários da condenação.

16. É correto afirmar que

- a) nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem.
- b) os negócios jurídicos benéficos e a renúncia se interpretam extensivamente.
- c) o negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação e convalesce pelo decurso do tempo.
- d) os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.

17. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com

- a) a elaboração de seu estatuto social e aprovação pelos sócios.
- b) a averbação de sua ata de constituição no Tabelionato de Protesto.
- c) a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- d) o registro na Junta Comercial do Estado.

18. São pessoas jurídicas de direito público interno:

- a) Os partidos políticos, as organizações religiosas e as fundações.
- b) As embaixadas e os consulados.
- c) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas.
- d) Os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.

19. Assinale a alternativa correta quanto ao nome da pessoa:

- I - Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.
 - II - O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
 - III - Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.
 - IV - O prenome da pessoa só pode ser mudado até os dezoito anos.
- a) I, II e IV são verdadeiras.
 - b) I, II e III são verdadeiras.
 - c) I, III e IV são verdadeiras.
 - d) Todas são verdadeiras.

20. Com relação ao domicílio da pessoa natural é correto afirmar:

- I - O domicílio é o lugar onde a pessoa natural estabelece sua residência com ânimo definitivo.
 - II - O domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, é o lugar onde esta é exercida.
 - III - Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar de sua última residência conhecida.
 - IV - Se a pessoa natural tiver várias residências, onde, alternativamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.
- a) I, II e III são verdadeiras.
 - b) II, III e IV são verdadeiras.
 - c) I, II e IV são verdadeiras.
 - d) Todas são verdadeiras

21. A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Para os menores, cessará a incapacidade
- pelo ingresso em curso superior antes dos dezoito anos.
 - pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de emprego, desde que, em função deles, o menor de dezesseis anos completos tenha economia própria.
 - pelo exercício da função de estagiário, ainda que em caráter informal.
 - pela obtenção do título de eleitor.
22. Os bens móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade são
- fungíveis.
 - consumíveis.
 - divisíveis.
 - indivisíveis.
23. Assinale a alternativa correta quanto a bens públicos:
- Os bens públicos dominicais podem ser alienados, dependendo da discricionariedade da Administração.
 - Os bens públicos de uso comum só podem ser alienados mediante ação de usucapião.
 - São bens públicos de uso especial os rios, os mares, as estradas, as ruas e as praças.
 - Os bens públicos de uso comum podem ser de uso gratuito ou oneroso, como no caso da cobrança de pedágio nas estradas.
24. Assinale a alternativa correta:
- O ato anulável produz efeitos até ser declarada sua nulidade e pode ser convalidado pela ratificação das partes, salvo quanto ao direito de terceiro.
 - Se o erro é escusável o negócio jurídico não pode ser anulado.
 - O dolo essencial só obriga à satisfação das perdas e danos, e é essencial quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.
 - O erro de cálculo permite a anulação do negócio jurídico, mas não permite perdas e danos.
25. A desconsideração da personalidade jurídica
- depende da aprovação da ata de desconstituição da empresa pela maioria dos sócios.
 - pode ocorrer em caso de abuso da personalidade, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial.
 - depende de requisição judicial ou do pedido de falência por algum credor.
 - só pode ser requerida judicialmente pelo Ministério Público.
26. O princípio da imparcialidade do juiz é um dos princípios gerais do Direito Processual e também é referido como
- princípio do juiz natural.
 - garantia de acesso à justiça.
 - dever de fundamentação das decisões judiciais.
 - princípio da duração razoável do processo.
27. Os princípios do contraditório e da ampla defesa são compreendidos como
- tratamento igualitário aos substancialmente iguais.
 - ninguém poderá ser julgado sem ter um defensor.
 - ciência ao litigante dos atos praticados pelo juiz e pelo adversário, com oportunidade para se manifestar.
 - o juiz deve se manter equidistante e assegurar paridade entre as partes.
28. Quando um juízo expede carta precatória para a prática de atos processuais em outra comarca, atende a um princípio da jurisdição denominado
- investidura.
 - aderência ao território.
 - juiz natural.

d) inevitabilidade.

29. Sobre a competência, é correto afirmar que

a) a competência absoluta é fixada por critérios de ordem pública e por isso não pode ser alterada pela vontade das partes.

b) a competência relativa é fixada por critérios de ordem pública e por isso não pode ser alterada pela vontade das partes.

c) em regra, o juiz deve controlar de ofício a incompetência relativa, pois suas regras tutelam o interesse público.

d) as partes podem escolher livremente o foro onde o processo irá tramitar, ainda que se trate de competência absoluta.

30. São elementos que permitem identificar e distinguir as ações:

a) As partes, a causa de pedir e o pedido.

b) As partes, a possibilidade jurídica do pedido e o interesse de agir.

c) O processo, a competência e a jurisdição.

d) As partes legítimas, o fundamento jurídico do pedido e os fatos.

31. Assinale a alternativa correta:

a) Não existe direito fundamental à motivação das decisões judiciais, uma vez que muitas delas são proferidas pelo juiz, ao longo do processo, sem necessidade de qualquer fundamentação.

b) O princípio da vinculação do juiz ao pedido permite que o juiz decida da forma que lhe parecer mais justa, podendo conceder pedido diverso do formulado na petição inicial, em obediência ao princípio da economia processual.

c) O juiz não pode conceder pedido diverso do formulado na petição inicial, salvo nos casos excepcionalmente previstos pela lei.

d) Os princípios fundamentais do processo só são aqueles expressamente previstos pelo legislador. Assim, não podem ser invocados os chamados princípios implícitos.

32. Assinale a alternativa correta:

a) Em face do princípio da verdade real ou da máxima probabilidade, a prova pericial, desde que elaborada com rigoroso critério científico, sempre prevalece no âmbito do direito processual sobre a prova testemunhal.

b) O princípio dispositivo informa o processo civil, permitindo ao juiz agir de ofício e ordenar a inquirição de testemunhas referidas nas declarações das partes ou das testemunhas.

c) O princípio dispositivo é aquele segundo o qual o juiz deve manter-se distante das partes, não podendo ter qualquer iniciativa probatória, exceto no que se refere à condenação por fato diverso daquele que consta do processo.

d) Nenhuma prova se sobrepõe, em tese, à outra, cabendo ao juiz apreciar todas as provas e valorá-las, explicitando na decisão os fundamentos do seu convencimento.

33. Assinale a alternativa correta:

a) Embora o Ministério Público possa intervir em alguns processos como fiscal da ordem jurídica, não tem legitimidade para figurar como parte em processos judiciais, por ser órgão destituído de personalidade jurídica própria.

b) Quando o Ministério Público atua no processo, civil ou penal, como fiscal da ordem jurídica, ele é chamado a dar pareceres, mas não pode interpor recursos.

c) A intervenção de sociedade de economia mista no processo, a qualquer título, é sempre motivo para que a causa seja julgada pela Justiça Federal.

d) Se a União é parte de um processo, a competência é da Justiça Federal.

34. Assinale a alternativa correta:

a) Os tribunais não têm competência para julgar recursos, somente ações.

b) Os tribunais só têm competência para julgar recursos.

c) Os tribunais têm competência para julgar ações e recursos.

d) A competência dos tribunais só está prevista na legislação ordinária.

35. "Ação é o *direito ao exercício da atividade jurisdicional* (ou o poder de exigir esse exercício). Mediante o exercício da ação provoca-se a jurisdição, que por sua vez se

exerce através daquele complexo de atos que é o processo" (Antonio C. A. Cintra, Ada Pellegrini Grinover e Cândido R. Dinamarco, *Teoria geral do processo civil*, 22ª ed. São Paulo: Malheiros, 1995, p. 265). Em relação à ação, assinale a alternativa correta:

- a) Existem várias teorias sobre o direito de ação, sendo que algumas afirmam a autonomia do direito de ação, mas há consenso quanto ao fato de que o direito de ação é um direito totalmente abstrato de agir, isto é, não tem qualquer ligação com o direito material.
- b) O estudo da natureza jurídica da ação aplica-se não somente ao processo civil, como também ao processo penal.
- c) É pacífico que o exercício do direito de ação é subordinado a três condições: legitimidade, interesse e tempestividade.
- d) A ação penal é sempre proposta pelo Ministério Público, que é o seu titular, conforme expressamente determina a Constituição Federal.

36. João, 41 anos, comparece à Promotoria de Justiça, solicitando informações sobre a possibilidade de o Promotor de Justiça ajuizar ação revisional de alimentos em face de seu filho. Na oportunidade, João é atendido pelo estagiário do Ministério Público, Antônio. Este último, invocando sua qualidade funcional e apresentando a João um cartão com insígnia privativa dos membros do Ministério Público, oferece a João seus serviços, dizendo para procurá-lo após as 19 horas, em frente ao fórum. Afirmou Antônio, ainda, que poderia ajuizar a ação competente por um preço "acessível" e que detinha muito conhecimento e influência na comarca por ser estagiário do Ministério Público há mais de um ano. A conduta do estagiário

- a) viola dever funcional, sendo incompatível com a natureza da atividade e enseja sanção correspondente à transferência do local do exercício do estágio, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público.
- b) viola dever funcional e poderá ensejar penalidade de advertência, por escrito, pelo Secretário Executivo da Promotoria de Justiça, que deverá ser ratificada pelo Corregedor Geral do Ministério Público.
- c) viola dever funcional, podendo o estagiário ser suspenso pelo Secretário Executivo da Promotoria de Justiça a que estiver administrativamente vinculado, sujeito o ato a ratificação do Procurador-Geral de Justiça, sem prejuízo do descredenciamento, mediante procedimento administrativo sumário, garantida ampla defesa.
- d) viola dever funcional, acarretando descredenciamento automático.

37. Estagiário credenciado, durante o exercício de suas funções perante determinada Promotoria de Justiça, foi reprovado em duas disciplinas do currículo pleno do curso de bacharelado. Assinale a alternativa correta:

- a) É automaticamente descredenciado.
- b) Poderá optar em continuar o estágio, desde que tenha demonstrado conhecimento prático na matéria em que houve a reprovação.
- c) Somente ocorrerá o descredenciamento se a reprovação em duas matérias se repetir, novamente, no ano seguinte ao da primeira reprovação.
- d) Poderá continuar o estágio, desde que obtenha autorização expressa do Promotor de Justiça.

38. Assinale a alternativa correta:

- a) O estágio no Ministério Público confere ao estagiário vínculo empregatício com o Estado, assegurando-lhe direitos e vantagens conferidas a servidores públicos.
- b) Para fins de inscrição no Concurso de Credenciamento de Estagiário do Ministério Público, deverá o candidato ser brasileiro, estar no pleno gozo dos direitos políticos, ter boa conduta e estar matriculado em qualquer curso de graduação, de escola oficial ou reconhecida.
- c) É permitido ao estagiário usar papéis com o timbre do Ministério Público, em qualquer matéria alheia ao serviço.
- d) O credenciamento dos estagiários dependerá de prévia aprovação em concurso público de provas e títulos, nos termos de regulamento aprovado pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça.

39. Estagiário, sem autorização de qualquer integrante da Promotoria de Justiça, passa a relatar, publicamente, em sua página de rede social da internet, todos os fatos relevantes que veio a ter conhecimento no exercício das funções de estagiário. Referida conduta

a) não viola dever funcional, mas poderá ensejar advertência pelo Conselho Superior do Ministério Público.

b) ofende a dever imposto ao estagiário, passível de procedimento administrativo sumário que poderá ensejar seu descredenciamento.

c) somente configurará violação a dever legal se praticada durante o expediente ou através de computador da Promotoria de Justiça.

d) ensejará a transferência do estagiário a bem do serviço público, com prejuízo da bolsa mensal correspondente ao mês da infração funcional.

40. Com relação ao exercício das funções de estagiário do Ministério Público, assinale a alternativa correta:

a) Ao estagiário é permitido utilizar-se de equipamentos e bens da Promotoria de Justiça para fins alheios ao exercício do estágio, ou ainda utilizar-se do computador da Promotoria de Justiça para acessar e-mail pessoal ou navegar em sites extraoficiais, durante o horário do estágio, sem autorização do órgão do Ministério Público a quem servir.

b) A jornada de estágio deve ser cumprida de acordo com a disponibilidade do estagiário, desde que respeitado o horário de expediente forense e o limite máximo de 25 horas semanais.

c) O estagiário pode desempenhar qualquer cargo, emprego, ou função pública.

d) Ao estagiário é vedado ter comportamento incompatível com a natureza da atividade funcional, apresentando-se embriagado ou com trajes e vestimentas incompatíveis com a função.

GABARITO DA PROVA A

1-C

2-D

3-C

4-B

5-D

6-B

7-A

8-C

9-D

10-A

11-B

12-D

13-C

14-D

15-B

16-D

17-C

18-C

19-B

20-C

21-B

22-A

23-D

24-A

25-B

26-A

27-C

28-B

29-A

30-A

31-C

32-D
33-D
34-C
35-B
36-C
37-A
38-D
39-B
40-D

PROVA B

1. Considerado o *iter criminis*, nos crimes materiais, pune-se a

- a) preparação, a execução e a consumação.
- b) execução e a consumação.
- c) cogitação, a preparação e a execução.
- d) cogitação, a execução e a consumação.

2. Crimes que lesam dois ou mais bens jurídicos; crimes que têm resultado naturalístico, mas não dependem da sua ocorrência para se consumarem; crimes que exigem uma especial condição do sujeito ativo, são denominados pela doutrina, respectivamente, de

- a) complexos, formais e próprios.
- b) plurissubjetivos, de mera conduta e próprios.
- c) complexos, qualificados e de mão própria.
- d) plurissubsistentes, formais e especiais.

3. Dois dias antes de completar 18 anos, "A", agindo com intenção de matar, atira em um desafeto, que vem a falecer uma semana depois, quando "A" já havia completado 18 anos. Na hipótese, é correto afirmar que

- a) "A" é culpável, pois o Código Penal adota, para o tempo do crime, a teoria do resultado, que ocorreu quando ele já havia completado 18 anos.
- b) "A" não é culpável, pois o Código Penal adota, para o tempo do crime, a teoria da ubiquidade.
- c) "A" não é culpável, pois o Código Penal adota, para o tempo do crime, a teoria da atividade, que ocorreu quando ele tinha menos de 18 anos.
- d) "A" é culpável, pois o Código Penal adota, para o tempo do crime, a teoria da equivalência dos antecedentes causais.

4. Em relação aos institutos da desistência voluntária e do arrependimento eficaz (art. 15 do Código Penal), pode-se dizer que

- a) a desistência voluntária aplica-se especificamente aos crimes sem violência ou grave ameaça.
- b) na desistência voluntária, o agente esgota os meios de execução, mas o crime não se consuma por circunstâncias alheias à sua vontade.
- c) a desistência voluntária é causa excludente de ilicitude.
- d) no arrependimento eficaz, o agente se arrepende depois de esgotados os meios de execução e, por sua própria vontade, impede que o resultado se consuma, respondendo pelos atos praticados.

5. "A" e sua companheira "B" conviviam em união estável. "A" manifestou o desejo de romper a relação e por isso discutiram. Após, ambos foram dormir. "B", intencionada a matá-lo, por volta das 04 horas, enquanto "A" aparentemente dormia, desferiu-lhe 12 facadas. A perícia atestou que "A" morreu por volta de 02 horas, de infarto do miocárdio, sem relação com a discussão havida. No caso, "B"

- a) não responde por qualquer crime por incidir, no caso, o instituto do crime impossível (art. 17 do Código Penal).
- b) responde por crime na forma tentada, pois iniciou a execução do crime que não se consumou, pois "A" já estava morto.
- c) responderá por crime preterdoloso.
- d) está amparada por uma causa excludente de ilicitude.

6. Sobre o tema *concurso de pessoas*, assinale a alternativa que aponta circunstância que descaracteriza o instituto:

- a) A pluralidade de condutas, ainda que haja divisão de tarefas.
- b) A pluralidade de condutas colaterais.
- c) A relevância causal das condutas, ainda que um dos agentes tenha participação de menor importância.
- d) O liame subjetivo.

7. O Supremo Tribunal Federal iniciou o julgamento no qual se discute a descriminalização do crime de porte de droga para consumo pessoal. Vendo o noticiário pela televisão, acreditando sinceramente que o julgamento já havia se encerrado e que, doravante, a conduta não mais configuraria crime, uma pessoa adquire droga para consumo pessoal. O equívoco dessa pessoa caracteriza

- a) erro de tipo
- b) erro na execução material do delito (*aberratio ictus*).
- c) delito putativo por erro de tipo.
- d) erro de proibição.

8. Os artigos 33, § 3º, e 59, inciso III, ambos do Código Penal, determinam que, na fixação do regime inicial de cumprimento de pena, o juiz deverá considerar as circunstâncias judiciais favoráveis e desfavoráveis. Ao condenar um acusado à pena de 02 anos de detenção, e após analisar as referidas circunstâncias, o juiz poderá fixar o regime inicial

- a) fechado ou semiaberto.
- b) fechado, semiaberto ou aberto.
- c) semiaberto ou aberto.
- d) aberto, somente.

9. No sistema trifásico de aplicação da pena, o juiz deve considerar a reincidência (circunstância agravante genérica - art. 61, inciso I, do Código Penal) e a tentativa (causa geral de diminuição da pena - art. 14, inciso, II, do Código Penal)

- a) na primeira e segunda fases, respectivamente.
- b) na primeira e terceira fases, respectivamente.
- c) ambas na segunda fase, uma compensando a outra.
- d) na segunda e terceira fases, respectivamente.

10. A prescrição que ocorre entre a publicação da sentença condenatória e o trânsito em julgado da condenação, e calculada com base na pena concreta (fixada na sentença), é da pretensão

- a) punitiva, modalidade retroativa, que extingue todos os efeitos penais do fato.
- b) punitiva, modalidade intercorrente ou superveniente, que extingue todos os efeitos penais do fato.
- c) punitiva, modalidade propriamente dita, que extingue a pena, permanecendo intactos os efeitos secundários da condenação.
- d) executória, que extingue a pena, permanecendo intactos os efeitos secundários da condenação.

11. É correto afirmar que

- a) nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem.
- b) os negócios jurídicos benéficos e a renúncia se interpretam extensivamente.
- c) o negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação e convalesce pelo decurso do tempo.
- d) os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.

12. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com

- a) a elaboração de seu estatuto social e aprovação pelos sócios.
- b) a averbação de sua ata de constituição no Tabelionato de Protesto.
- c) a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.

d) o registro na Junta Comercial do Estado.

13. São pessoas jurídicas de direito público interno:

- a) Os partidos políticos, as organizações religiosas e as fundações.
- b) As embaixadas e os consulados.
- c) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas.
- d) Os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.

14. Assinale a alternativa correta quanto ao nome da pessoa:

- I - Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.
 - II - O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
 - III - Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.
 - IV - O prenome da pessoa só pode ser mudado até os dezoito anos.
- a) I, II e IV são verdadeiras.
 - b) I, II e III são verdadeiras.
 - c) I, III e IV são verdadeiras.
 - d) Todas são verdadeiras.

15. Com relação ao domicílio da pessoa natural é correto afirmar:

- I - O domicílio é o lugar onde a pessoa natural estabelece sua residência com ânimo definitivo.
 - II - O domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, é o lugar onde esta é exercida.
 - III - Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar de sua última residência conhecida.
 - IV - Se a pessoa natural tiver várias residências, onde, alternativamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.
- a) I, II e III são verdadeiras.
 - b) II, III e IV são verdadeiras.
 - c) I, II e IV são verdadeiras.
 - d) Todas são verdadeiras

16. A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Para os menores, cessará a incapacidade

- a) pelo ingresso em curso superior antes dos dezoito anos.
- b) pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de emprego, desde que, em função deles, o menor de dezesseis anos completos tenha economia própria.
- c) pelo exercício da função de estagiário, ainda que em caráter informal.
- d) pela obtenção do título de eleitor.

17. Os bens móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade são

- a) fungíveis.
- b) consumíveis.
- c) divisíveis.
- d) indivisíveis.

18. Assinale a alternativa correta quanto a bens públicos:

- a) Os bens públicos dominicais podem ser alienados, dependendo da discricionariedade da Administração.
- b) Os bens públicos de uso comum só podem ser alienados mediante ação de usucapião.
- c) São bens públicos de uso especial os rios, os mares, as estradas, as ruas e as praças.
- d) Os bens públicos de uso comum podem ser de uso gratuito ou oneroso, como no caso da cobrança de pedágio nas estradas.

19. Assinale a alternativa correta:

- a) O ato anulável produz efeitos até ser declarada sua nulidade e pode ser convalidado pela ratificação das partes, salvo quanto ao direito de terceiro.
- b) Se o erro é escusável o negócio jurídico não pode ser anulado.
- c) O dolo essencial só obriga à satisfação das perdas e danos, e é essencial quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.
- d) O erro de cálculo permite a anulação do negócio jurídico, mas não permite perdas e danos.

20. A desconsideração da personalidade jurídica

- a) depende da aprovação da ata de desconstituição da empresa pela maioria dos sócios.
- b) pode ocorrer em caso de abuso da personalidade, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial.
- c) depende de requisição judicial ou do pedido de falência por algum credor.
- d) só pode ser requerida judicialmente pelo Ministério Público.

21. O princípio da imparcialidade do juiz é um dos princípios gerais do Direito Processual e também é referido como

- a) princípio do juiz natural.
- b) garantia de acesso à justiça.
- c) dever de fundamentação das decisões judiciais.
- d) princípio da duração razoável do processo.

22. Os princípios do contraditório e da ampla defesa são compreendidos como

- a) tratamento igualitário aos substancialmente iguais.
- b) ninguém poderá ser julgado sem ter um defensor.
- c) ciência ao litigante dos atos praticados pelo juiz e pelo adversário, com oportunidade para se manifestar.
- d) o juiz deve se manter equidistante e assegurar paridade entre as partes.

23. Quando um juízo expede carta precatória para a prática de atos processuais em outra comarca, atende a um princípio da jurisdição denominado

- a) investidura.
- b) aderência ao território.
- c) juiz natural.
- d) inevitabilidade.

24. Sobre a competência, é correto afirmar que

- a) a competência absoluta é fixada por critérios de ordem pública e por isso não pode ser alterada pela vontade das partes.
- b) a competência relativa é fixada por critérios de ordem pública e por isso não pode ser alterada pela vontade das partes.
- c) em regra, o juiz deve controlar de ofício a incompetência relativa, pois suas regras tutelam o interesse público.
- d) as partes podem escolher livremente o foro onde o processo irá tramitar, ainda que se trate de competência absoluta.

25. São elementos que permitem identificar e distinguir as ações:

- a) As partes, a causa de pedir e o pedido.
- b) As partes, a possibilidade jurídica do pedido e o interesse de agir.
- c) O processo, a competência e a jurisdição.
- d) As partes legítimas, o fundamento jurídico do pedido e os fatos.

26. Assinale a alternativa correta:

- a) Não existe direito fundamental à motivação das decisões judiciais, uma vez que muitas delas são proferidas pelo juiz, ao longo do processo, sem necessidade de qualquer fundamentação.
- b) O princípio da vinculação do juiz ao pedido permite que o juiz decida da forma que lhe parecer mais justa, podendo conceder pedido diverso do formulado na petição inicial, em obediência ao princípio da economia processual.

- c) O juiz não pode conceder pedido diverso do formulado na petição inicial, salvo nos casos excepcionalmente previstos pela lei.
- d) Os princípios fundamentais do processo só são aqueles expressamente previstos pelo legislador. Assim, não podem ser invocados os chamados princípios implícitos.

27. Assinale a alternativa correta:

- a) Em face do princípio da verdade real ou da máxima probabilidade, a prova pericial, desde que elaborada com rigoroso critério científico, sempre prevalece no âmbito do direito processual sobre a prova testemunhal.
- b) O princípio dispositivo informa o processo civil, permitindo ao juiz agir de ofício e ordenar a inquirição de testemunhas referidas nas declarações das partes ou das testemunhas.
- c) O princípio dispositivo é aquele segundo o qual o juiz deve manter-se distante das partes, não podendo ter qualquer iniciativa probatória, exceto no que se refere à condenação por fato diverso daquele que consta do processo.
- d) Nenhuma prova se sobrepõe, em tese, à outra, cabendo ao juiz apreciar todas as provas e valorá-las, explicitando na decisão os fundamentos do seu convencimento.

28. Assinale a alternativa correta:

- a) Embora o Ministério Público possa intervir em alguns processos como fiscal da ordem jurídica, não tem legitimidade para figurar como parte em processos judiciais, por ser órgão destituído de personalidade jurídica própria.
- b) Quando o Ministério Público atua no processo, civil ou penal, como fiscal da ordem jurídica, ele é chamado a dar pareceres, mas não pode interpor recursos.
- c) A intervenção de sociedade de economia mista no processo, a qualquer título, é sempre motivo para que a causa seja julgada pela Justiça Federal.
- d) Se a União é parte de um processo, a competência é da Justiça Federal.

29. Assinale a alternativa correta:

- a) Os tribunais não têm competência para julgar recursos, somente ações.
- b) Os tribunais só têm competência para julgar recursos.
- c) Os tribunais têm competência para julgar ações e recursos.
- d) A competência dos tribunais só está prevista na legislação ordinária.

30. "Ação é o *direito ao exercício da atividade jurisdicional* (ou o poder de exigir esse exercício). Mediante o exercício da ação provoca-se a jurisdição, que por sua vez se exerce através daquele complexo de atos que é o processo" (Antonio C. A. Cintra, Ada Pellegrini Grinover e Cândido R. Dinamarco, *Teoria geral do processo civil*, 22ª ed. São Paulo: Malheiros, 1995, p. 265). Em relação à ação, assinale a alternativa correta:

- a) Existem várias teorias sobre o direito de ação, sendo que algumas afirmam a autonomia do direito de ação, mas há consenso quanto ao fato de que o direito de ação é um direito totalmente abstrato de agir, isto é, não tem qualquer ligação com o direito material.
- b) O estudo da natureza jurídica da ação aplica-se não somente ao processo civil, como também ao processo penal.
- c) É pacífico que o exercício do direito de ação é subordinado a três condições: legitimidade, interesse e tempestividade.
- d) A ação penal é sempre proposta pelo Ministério Público, que é o seu titular, conforme expressamente determina a Constituição Federal.

31. João, 41 anos, comparece à Promotoria de Justiça, solicitando informações sobre a possibilidade de o Promotor de Justiça ajuizar ação revisional de alimentos em face de seu filho. Na oportunidade, João é atendido pelo estagiário do Ministério Público, Antônio. Este último, invocando sua qualidade funcional e apresentando a João um cartão com insígnia privativa dos membros do Ministério Público, oferece a João seus serviços, dizendo para procurá-lo após as 19 horas, em frente ao fórum. Afirmou Antônio, ainda, que poderia ajuizar a ação competente por um preço "acessível" e que detinha muito conhecimento e influência na comarca por ser estagiário do Ministério Público há mais de um ano. A conduta do estagiário

- a) viola dever funcional, sendo incompatível com a natureza da atividade e enseja sanção correspondente à transferência do local do exercício do estágio, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público.
- b) viola dever funcional e poderá ensejar penalidade de advertência, por escrito, pelo Secretário Executivo da Promotoria de Justiça, que deverá ser ratificada pelo Corregedor Geral do Ministério Público.
- c) viola dever funcional, podendo o estagiário ser suspenso pelo Secretário Executivo da Promotoria de Justiça a que estiver administrativamente vinculado, sujeito o ato a ratificação do Procurador-Geral de Justiça, sem prejuízo do descredenciamento, mediante procedimento administrativo sumário, garantida ampla defesa.
- d) viola dever funcional, acarretando descredenciamento automático.

32. Estagiário credenciado, durante o exercício de suas funções perante determinada Promotoria de Justiça, foi reprovado em duas disciplinas do currículo pleno do curso de bacharelado. Assinale a alternativa correta:

- a) É automaticamente descredenciado.
- b) Poderá optar em continuar o estágio, desde que tenha demonstrado conhecimento prático na matéria em que houve a reprovação.
- c) Somente ocorrerá o descredenciamento se a reprovação em duas matérias se repetir, novamente, no ano seguinte ao da primeira reprovação.
- d) Poderá continuar o estágio, desde que obtenha autorização expressa do Promotor de Justiça.

33. Assinale a alternativa correta:

- a) O estágio no Ministério Público confere ao estagiário vínculo empregatício com o Estado, assegurando-lhe direitos e vantagens conferidas a servidores públicos.
- b) Para fins de inscrição no Concurso de Credenciamento de Estagiário do Ministério Público, deverá o candidato ser brasileiro, estar no pleno gozo dos direitos políticos, ter boa conduta e estar matriculado em qualquer curso de graduação, de escola oficial ou reconhecida.
- c) É permitido ao estagiário usar papéis com o timbre do Ministério Público, em qualquer matéria alheia ao serviço.
- d) O credenciamento dos estagiários dependerá de prévia aprovação em concurso público de provas e títulos, nos termos de regulamento aprovado pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça.

34. Estagiário, sem autorização de qualquer integrante da Promotoria de Justiça, passa a relatar, publicamente, em sua página de rede social da internet, todos os fatos relevantes que veio a ter conhecimento no exercício das funções de estagiário. Referida conduta

- a) não viola dever funcional, mas poderá ensejar advertência pelo Conselho Superior do Ministério Público.
- b) ofende a dever imposto ao estagiário, passível de procedimento administrativo sumário que poderá ensejar seu descredenciamento.
- c) somente configurará violação a dever legal se praticada durante o expediente ou através de computador da Promotoria de Justiça.
- d) ensejará a transferência do estagiário a bem do serviço público, com prejuízo da bolsa mensal correspondente ao mês da infração funcional.

35. Com relação ao exercício das funções de estagiário do Ministério Público, assinale a alternativa correta:

- a) Ao estagiário é permitido utilizar-se de equipamentos e bens da Promotoria de Justiça para fins alheios ao exercício do estágio, ou ainda utilizar-se do computador da Promotoria de Justiça para acessar e-mail pessoal ou navegar em sites extraoficiais, durante o horário do estágio, sem autorização do órgão do Ministério Público a quem servir.
- b) A jornada de estágio deve ser cumprida de acordo com a disponibilidade do estagiário, desde que respeitado o horário de expediente forense e o limite máximo de 25 horas semanais.
- c) O estagiário pode desempenhar qualquer cargo, emprego, ou função pública.

d) Ao estagiário é vedado ter comportamento incompatível com a natureza da atividade funcional, apresentando-se embriagado ou com trajes e vestimentas incompatíveis com a função.

36. Assinale a alternativa correta:

a) O Ministério Público é órgão auxiliar do Poder Legislativo, incumbido de zelar pela ordem jurídica, pelo regime democrático e pelos interesses sociais e individuais indisponíveis.

b) O Ministério Público integra o Poder Judiciário e tem como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

c) O Ministério Público é uma Instituição essencial à função jurisdicional do Estado, a quem incumbe a titularidade da ação penal pública.

d) O Ministério Público é instituição independente dos demais poderes, dotado de autonomia financeira, cujos membros podem exercer a advocacia, desde que previamente autorizados pelo Procurador-Geral de Justiça.

37. Assinale a alternativa correta:

a) O Ministério Público atua como fiscal da lei, mas não como fiscal da ordem jurídica.

b) Cabe sempre ao juiz decidir se o Ministério Público deve ou não intervir no processo.

c) Cabe sempre ao Ministério Público decidir se atua ou não no processo, não podendo o juiz exercer qualquer tipo de controle da atuação do Promotor de Justiça, tendo em vista a independência funcional.

d) No exercício de suas funções, o Ministério Público é legitimado a propor ações, bem como a exercer poderes investigatórios, que não se restringem ao âmbito penal.

38. Assinale a alternativa correta:

a) Não há previsão para a atuação do Ministério Público em ações diretas de inconstitucionalidade.

b) Ao Ministério Público não é prevista a função de defender o patrimônio público, considerando que as pessoas jurídicas de direito público possuem procuradores incumbidos dessa defesa.

c) Cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia.

d) Não cabe ao Ministério Público promover o controle de constitucionalidade de leis municipais, haja vista o interesse meramente local.

39. Assinale a alternativa correta:

a) É função do Ministério Público a representação judicial das entidades públicas que não constituam advogados para se defender.

b) O Ministério Público pode promover representação para fins de intervenção do Estado em Municípios, nos casos previstos na Constituição Federal.

c) Não é função do Ministério Público defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

d) É função do Ministério Público a defesa e a consultoria de entes públicos.

40. Assinale a alternativa correta:

a) Não cabe ao Ministério Público promover a responsabilidade civil daqueles que causam dano ao meio ambiente.

b) A legitimidade atribuída ao Ministério Público para as ações civis é sempre exclusiva, nunca concorrente.

c) O rol de funções constitucionais do Ministério Público é taxativo.

d) Cabe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público, inclusive para pleitear, em juízo, o ressarcimento dos danos ao erário.

GABARITO DA PROVA B

1-B

2-A

3-C

4-D
5-A
6-B
7-D
8-C
9-D
10-B
11-D
12-C
13-C
14-B
15-C
16-B
17-A
18-D
19-A
20-B
21-A
22-C
23-B
24-A
25-A
26-C
27-D
28-D
29-C
30-B
31-C
32-A
33-D
34-B
35-D
36-C
37-D
38-C
39-B
40-D

PROVA C

1. É correto afirmar que

- a) nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem.
- b) os negócios jurídicos benéficos e a renúncia se interpretam extensivamente.
- c) o negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação e convalesce pelo decurso do tempo.
- d) os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.

2. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com

- a) a elaboração de seu estatuto social e aprovação pelos sócios.
- b) a averbação de sua ata de constituição no Tabelionato de Protesto.
- c) a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- d) o registro na Junta Comercial do Estado.

3. São pessoas jurídicas de direito público interno:

- a) Os partidos políticos, as organizações religiosas e as fundações.
- b) As embaixadas e os consulados.
- c) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas.

d) Os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.

4. Assinale a alternativa correta quanto ao nome da pessoa:

I - Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.

II - O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

III - Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.

IV - O prenome da pessoa só pode ser mudado até os dezoito anos.

a) I, II e IV são verdadeiras.

b) I, II e III são verdadeiras.

c) I, III e IV são verdadeiras.

d) Todas são verdadeiras.

5. Com relação ao domicílio da pessoa natural é correto afirmar:

I - O domicílio é o lugar onde a pessoa natural estabelece sua residência com ânimo definitivo.

II - O domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, é o lugar onde esta é exercida.

III - Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar de sua última residência conhecida.

IV - Se a pessoa natural tiver várias residências, onde, alternativamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.

a) I, II e III são verdadeiras.

b) II, III e IV são verdadeiras.

c) I, II e IV são verdadeiras.

d) Todas são verdadeiras

6. A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Para os menores, cessará a incapacidade

a) pelo ingresso em curso superior antes dos dezoito anos.

b) pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de emprego, desde que, em função deles, o menor de dezesseis anos completos tenha economia própria.

c) pelo exercício da função de estagiário, ainda que em caráter informal.

d) pela obtenção do título de eleitor.

7. Os bens móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade são

a) fungíveis.

b) consumíveis.

c) divisíveis.

d) indivisíveis.

8. Assinale a alternativa correta quanto a bens públicos:

a) Os bens públicos dominicais podem ser alienados, dependendo da discricionariedade da Administração.

b) Os bens públicos de uso comum só podem ser alienados mediante ação de usucapião.

c) São bens públicos de uso especial os rios, os mares, as estradas, as ruas e as praças.

d) Os bens públicos de uso comum podem ser de uso gratuito ou oneroso, como no caso da cobrança de pedágio nas estradas.

9. Assinale a alternativa correta:

a) O ato anulável produz efeitos até ser declarada sua nulidade e pode ser convalidado pela ratificação das partes, salvo quanto ao direito de terceiro.

b) Se o erro é escusável o negócio jurídico não pode ser anulado.

c) O dolo essencial só obriga à satisfação das perdas e danos, e é essencial quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.

d) O erro de cálculo permite a anulação do negócio jurídico, mas não permite perdas e danos.

10. A descon sideração da personalidade jurídica

- a) depende da aprovação da ata de desconstituição da empresa pela maioria dos sócios.
- b) pode ocorrer em caso de abuso da personalidade, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial.
- c) depende de requisição judicial ou do pedido de falência por algum credor.
- d) só pode ser requerida judicialmente pelo Ministério Público.

11. O princípio da imparcialidade do juiz é um dos princípios gerais do Direito Processual e também é referido como

- a) princípio do juiz natural.
- b) garantia de acesso à justiça.
- c) dever de fundamentação das decisões judiciais.
- d) princípio da duração razoável do processo.

12. Os princípios do contraditório e da ampla defesa são compreendidos como

- a) tratamento igualitário aos substancialmente iguais.
- b) ninguém poderá ser julgado sem ter um defensor.
- c) ciência ao litigante dos atos praticados pelo juiz e pelo adversário, com oportunidade para se manifestar.
- d) o juiz deve se manter equidistante e assegurar paridade entre as partes.

13. Quando um juízo expede carta precatória para a prática de atos processuais em outra comarca, atende a um princípio da jurisdição denominado

- a) investidura.
- b) aderência ao território.
- c) juiz natural.
- d) inevitabilidade.

14. Sobre a competência, é correto afirmar que

- a) a competência absoluta é fixada por critérios de ordem pública e por isso não pode ser alterada pela vontade das partes.
- b) a competência relativa é fixada por critérios de ordem pública e por isso não pode ser alterada pela vontade das partes.
- c) em regra, o juiz deve controlar de ofício a incompetência relativa, pois suas regras tutelam o interesse público.
- d) as partes podem escolher livremente o foro onde o processo irá tramitar, ainda que se trate de competência absoluta.

15. São elementos que permitem identificar e distinguir as ações:

- a) As partes, a causa de pedir e o pedido.
- b) As partes, a possibilidade jurídica do pedido e o interesse de agir.
- c) O processo, a competência e a jurisdição.
- d) As partes legítimas, o fundamento jurídico do pedido e os fatos.

16. Assinale a alternativa correta:

- a) Não existe direito fundamental à motivação das decisões judiciais, uma vez que muitas delas são proferidas pelo juiz, ao longo do processo, sem necessidade de qualquer fundamentação.
- b) O princípio da vinculação do juiz ao pedido permite que o juiz decida da forma que lhe parecer mais justa, podendo conceder pedido diverso do formulado na petição inicial, em obediência ao princípio da economia processual.
- c) O juiz não pode conceder pedido diverso do formulado na petição inicial, salvo nos casos excepcionalmente previstos pela lei.
- d) Os princípios fundamentais do processo só são aqueles expressamente previstos pelo legislador. Assim, não podem ser invocados os chamados princípios implícitos.

17. Assinale a alternativa correta:

- a) Em face do princípio da verdade real ou da máxima probabilidade, a prova pericial, desde que elaborada com rigoroso critério científico, sempre prevalece no âmbito do direito processual sobre a prova testemunhal.
- b) O princípio dispositivo informa o processo civil, permitindo ao juiz agir de ofício e ordenar a inquirição de testemunhas referidas nas declarações das partes ou das testemunhas.
- c) O princípio dispositivo é aquele segundo o qual o juiz deve manter-se distante das partes, não podendo ter qualquer iniciativa probatória, exceto no que se refere à condenação por fato diverso daquele que consta do processo.
- d) Nenhuma prova se sobrepõe, em tese, à outra, cabendo ao juiz apreciar todas as provas e valorá-las, explicitando na decisão os fundamentos do seu convencimento.

18. Assinale a alternativa correta:

- a) Embora o Ministério Público possa intervir em alguns processos como fiscal da ordem jurídica, não tem legitimidade para figurar como parte em processos judiciais, por ser órgão destituído de personalidade jurídica própria.
- b) Quando o Ministério Público atua no processo, civil ou penal, como fiscal da ordem jurídica, ele é chamado a dar pareceres, mas não pode interpor recursos.
- c) A intervenção de sociedade de economia mista no processo, a qualquer título, é sempre motivo para que a causa seja julgada pela Justiça Federal.
- d) Se a União é parte de um processo, a competência é da Justiça Federal.

19. Assinale a alternativa correta:

- a) Os tribunais não têm competência para julgar recursos, somente ações.
- b) Os tribunais só têm competência para julgar recursos.
- c) Os tribunais têm competência para julgar ações e recursos.
- d) A competência dos tribunais só está prevista na legislação ordinária.

20. "Ação é o *direito ao exercício da atividade jurisdicional* (ou o poder de exigir esse exercício). Mediante o exercício da ação provoca-se a jurisdição, que por sua vez se exerce através daquele complexo de atos que é o processo" (Antonio C. A. Cintra, Ada Pellegrini Grinover e Cândido R. Dinamarco, *Teoria geral do processo civil*, 22ª ed. São Paulo: Malheiros, 1995, p. 265). Em relação à ação, assinale a alternativa correta:

- a) Existem várias teorias sobre o direito de ação, sendo que algumas afirmam a autonomia do direito de ação, mas há consenso quanto ao fato de que o direito de ação é um direito totalmente abstrato de agir, isto é, não tem qualquer ligação com o direito material.
- b) O estudo da natureza jurídica da ação aplica-se não somente ao processo civil, como também ao processo penal.
- c) É pacífico que o exercício do direito de ação é subordinado a três condições: legitimidade, interesse e tempestividade.
- d) A ação penal é sempre proposta pelo Ministério Público, que é o seu titular, conforme expressamente determina a Constituição Federal.

21. João, 41 anos, comparece à Promotoria de Justiça, solicitando informações sobre a possibilidade de o Promotor de Justiça ajuizar ação revisional de alimentos em face de seu filho. Na oportunidade, João é atendido pelo estagiário do Ministério Público, Antônio. Este último, invocando sua qualidade funcional e apresentando a João um cartão com insígnia privativa dos membros do Ministério Público, oferece a João seus serviços, dizendo para procurá-lo após as 19 horas, em frente ao fórum. Afirmou Antônio, ainda, que poderia ajuizar a ação competente por um preço "acessível" e que detinha muito conhecimento e influência na comarca por ser estagiário do Ministério Público há mais de um ano. A conduta do estagiário

- a) viola dever funcional, sendo incompatível com a natureza da atividade e enseja sanção correspondente à transferência do local do exercício do estágio, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público.
- b) viola dever funcional e poderá ensejar penalidade de advertência, por escrito, pelo Secretário Executivo da Promotoria de Justiça, que deverá ser ratificada pelo Corregedor Geral do Ministério Público.

- c) viola dever funcional, podendo o estagiário ser suspenso pelo Secretário Executivo da Promotoria de Justiça a que estiver administrativamente vinculado, sujeito o ato a ratificação do Procurador-Geral de Justiça, sem prejuízo do descredenciamento, mediante procedimento administrativo sumário, garantida ampla defesa.
- d) viola dever funcional, acarretando descredenciamento automático.

22. Estagiário credenciado, durante o exercício de suas funções perante determinada Promotoria de Justiça, foi reprovado em duas disciplinas do currículo pleno do curso de bacharelado. Assinale a alternativa correta:

- a) É automaticamente descredenciado.
- b) Poderá optar em continuar o estágio, desde que tenha demonstrado conhecimento prático na matéria em que houve a reprovação.
- c) Somente ocorrerá o descredenciamento se a reprovação em duas matérias se repetir, novamente, no ano seguinte ao da primeira reprovação.
- d) Poderá continuar o estágio, desde que obtenha autorização expressa do Promotor de Justiça.

23. Assinale a alternativa correta:

- a) O estágio no Ministério Público confere ao estagiário vínculo empregatício com o Estado, assegurando-lhe direitos e vantagens conferidas a servidores públicos.
- b) Para fins de inscrição no Concurso de Credenciamento de Estagiário do Ministério Público, deverá o candidato ser brasileiro, estar no pleno gozo dos direitos políticos, ter boa conduta e estar matriculado em qualquer curso de graduação, de escola oficial ou reconhecida.
- c) É permitido ao estagiário usar papéis com o timbre do Ministério Público, em qualquer matéria alheia ao serviço.
- d) O credenciamento dos estagiários dependerá de prévia aprovação em concurso público de provas e títulos, nos termos de regulamento aprovado pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça.

24. Estagiário, sem autorização de qualquer integrante da Promotoria de Justiça, passa a relatar, publicamente, em sua página de rede social da internet, todos os fatos relevantes que veio a ter conhecimento no exercício das funções de estagiário. Referida conduta

- a) não viola dever funcional, mas poderá ensejar advertência pelo Conselho Superior do Ministério Público.
- b) ofende a dever imposto ao estagiário, passível de procedimento administrativo sumário que poderá ensejar seu descredenciamento.
- c) somente configurará violação a dever legal se praticada durante o expediente ou através de computador da Promotoria de Justiça.
- d) ensejará a transferência do estagiário a bem do serviço público, com prejuízo da bolsa mensal correspondente ao mês da infração funcional.

25. Com relação ao exercício das funções de estagiário do Ministério Público, assinale a alternativa correta:

- a) Ao estagiário é permitido utilizar-se de equipamentos e bens da Promotoria de Justiça para fins alheios ao exercício do estágio, ou ainda utilizar-se do computador da Promotoria de Justiça para acessar e-mail pessoal ou navegar em sites extraoficiais, durante o horário do estágio, sem autorização do órgão do Ministério Público a quem servir.
- b) A jornada de estágio deve ser cumprida de acordo com a disponibilidade do estagiário, desde que respeitado o horário de expediente forense e o limite máximo de 25 horas semanais.
- c) O estagiário pode desempenhar qualquer cargo, emprego, ou função pública.
- d) Ao estagiário é vedado ter comportamento incompatível com a natureza da atividade funcional, apresentando-se embriagado ou com trajes e vestimentas incompatíveis com a função.

26. Assinale a alternativa correta:

- a) O Ministério Público é órgão auxiliar do Poder Legislativo, incumbido de zelar pela ordem jurídica, pelo regime democrático e pelos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- b) O Ministério Público integra o Poder Judiciário e tem como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- c) O Ministério Público é uma Instituição essencial à função jurisdicional do Estado, a quem incumbe a titularidade da ação penal pública.
- d) O Ministério Público é instituição independente dos demais poderes, dotado de autonomia financeira, cujos membros podem exercer a advocacia, desde que previamente autorizados pelo Procurador-Geral de Justiça.

27. Assinale a alternativa correta:

- a) O Ministério Público atua como fiscal da lei, mas não como fiscal da ordem jurídica.
- b) Cabe sempre ao juiz decidir se o Ministério Público deve ou não intervir no processo.
- c) Cabe sempre ao Ministério Público decidir se atua ou não no processo, não podendo o juiz exercer qualquer tipo de controle da atuação do Promotor de Justiça, tendo em vista a independência funcional.
- d) No exercício de suas funções, o Ministério Público é legitimado a propor ações, bem como a exercer poderes investigatórios, que não se restringem ao âmbito penal.

28. Assinale a alternativa correta:

- a) Não há previsão para a atuação do Ministério Público em ações diretas de inconstitucionalidade.
- b) Ao Ministério Público não é prevista a função de defender o patrimônio público, considerando que as pessoas jurídicas de direito público possuem procuradores incumbidos dessa defesa.
- c) Cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia.
- d) Não cabe ao Ministério Público promover o controle de constitucionalidade de leis municipais, haja vista o interesse meramente local.

29. Assinale a alternativa correta:

- a) É função do Ministério Público a representação judicial das entidades públicas que não constituam advogados para se defender.
- b) O Ministério Público pode promover representação para fins de intervenção do Estado em Municípios, nos casos previstos na Constituição Federal.
- c) Não é função do Ministério Público defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- d) É função do Ministério Público a defesa e a consultoria de entes públicos.

30. Assinale a alternativa correta:

- a) Não cabe ao Ministério Público promover a responsabilidade civil daqueles que causam dano ao meio ambiente.
- b) A legitimidade atribuída ao Ministério Público para as ações civis é sempre exclusiva, nunca concorrente.
- c) O rol de funções constitucionais do Ministério Público é taxativo.
- d) Cabe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público, inclusive para pleitear, em juízo, o ressarcimento dos danos ao erário.

31. Considerado o *iter criminis*, nos crimes materiais, pune-se a

- a) preparação, a execução e a consumação.
- b) execução e a consumação.
- c) cogitação, a preparação e a execução.
- d) cogitação, a execução e a consumação.

32. Crimes que lesam dois ou mais bens jurídicos; crimes que têm resultado naturalístico, mas não dependem da sua ocorrência para se consumarem; crimes que exigem uma especial condição do sujeito ativo, são denominados pela doutrina, respectivamente, de

- a) complexos, formais e próprios.

- b) plurissubjetivos, de mera conduta e próprios.
- c) complexos, qualificados e de mão própria.
- d) plurissubsistentes, formais e especiais.

33. Dois dias antes de completar 18 anos, "A", agindo com intenção de matar, atira em um desafeto, que vem a falecer uma semana depois, quando "A" já havia completado 18 anos. Na hipótese, é correto afirmar que

- a) "A" é culpável, pois o Código Penal adota, para o tempo do crime, a teoria do resultado, que ocorreu quando ele já havia completado 18 anos.
- b) "A" não é culpável, pois o Código Penal adota, para o tempo do crime, a teoria da ubiquidade.
- c) "A" não é culpável, pois o Código Penal adota, para o tempo do crime, a teoria da atividade, que ocorreu quando ele tinha menos de 18 anos.
- d) "A" é culpável, pois o Código Penal adota, para o tempo do crime, a teoria da equivalência dos antecedentes causais.

34. Em relação aos institutos da desistência voluntária e do arrependimento eficaz (art. 15 do Código Penal), pode-se dizer que

- a) a desistência voluntária aplica-se especificamente aos crimes sem violência ou grave ameaça.
- b) na desistência voluntária, o agente esgota os meios de execução, mas o crime não se consuma por circunstâncias alheias à sua vontade.
- c) a desistência voluntária é causa excludente de ilicitude.
- d) no arrependimento eficaz, o agente se arrepende depois de esgotados os meios de execução e, por sua própria vontade, impede que o resultado se consuma, respondendo pelos atos praticados.

35. "A" e sua companheira "B" conviviam em união estável. "A" manifestou o desejo de romper a relação e por isso discutiram. Após, ambos foram dormir. "B", intencionada a matá-lo, por volta das 04 horas, enquanto "A" aparentemente dormia, desferiu-lhe 12 facadas. A perícia atestou que "A" morreu por volta de 02 horas, de infarto do miocárdio, sem relação com a discussão havida. No caso, "B"

- a) não responde por qualquer crime por incidir, no caso, o instituto do crime impossível (art. 17 do Código Penal).
- b) responde por crime na forma tentada, pois iniciou a execução do crime que não se consumou, pois "A" já estava morto.
- c) responderá por crime preterdoloso.
- d) está amparada por uma causa excludente de ilicitude.

36. Sobre o tema *concurso de pessoas*, assinale a alternativa que aponta circunstância que descaracteriza o instituto:

- a) A pluralidade de condutas, ainda que haja divisão de tarefas.
- b) A pluralidade de condutas colaterais.
- c) A relevância causal das condutas, ainda que um dos agentes tenha participação de menor importância.
- d) O liame subjetivo.

37. O Supremo Tribunal Federal iniciou o julgamento no qual se discute a descriminalização do crime de porte de droga para consumo pessoal. Vendo o noticiário pela televisão, acreditando sinceramente que o julgamento já havia se encerrado e que, doravante, a conduta não mais configuraria crime, uma pessoa adquire droga para consumo pessoal. O equívoco dessa pessoa caracteriza

- a) erro de tipo
- b) erro na execução material do delito (*aberratio ictus*).
- c) delito putativo por erro de tipo.
- d) erro de proibição.

38. Os artigos 33, § 3º, e 59, inciso III, ambos do Código Penal, determinam que, na fixação do regime inicial de cumprimento de pena, o juiz deverá considerar as circunstâncias judiciais favoráveis e desfavoráveis. Ao condenar um acusado à pena de

02 anos de detenção, e após analisar as referidas circunstâncias, o juiz poderá fixar o regime inicial

- a) fechado ou semiaberto.
- b) fechado, semiaberto ou aberto.
- c) semiaberto ou aberto.
- d) aberto, somente.

39. No sistema trifásico de aplicação da pena, o juiz deve considerar a reincidência (circunstância agravante genérica - art. 61, inciso I, do Código Penal) e a tentativa (causa geral de diminuição da pena - art. 14, inciso, II, do Código Penal)

- a) na primeira e segunda fases, respectivamente.
- b) na primeira e terceira fases, respectivamente.
- c) ambas na segunda fase, uma compensando a outra.
- d) na segunda e terceira fases, respectivamente.

40. A prescrição que ocorre entre a publicação da sentença condenatória e o trânsito em julgado da condenação, e calculada com base na pena concreta (fixada na sentença), é da pretensão

- a) punitiva, modalidade retroativa, que extingue todos os efeitos penais do fato.
- b) punitiva, modalidade intercorrente ou superveniente, que extingue todos os efeitos penais do fato.
- c) punitiva, modalidade propriamente dita, que extingue a pena, permanecendo intactos os efeitos secundários da condenação.
- d) executória, que extingue a pena, permanecendo intactos os efeitos secundários da condenação.

GABARITO DA PROVA C

- 1-D
- 2-C
- 3-C
- 4-B
- 5-C
- 6-B
- 7-A
- 8-D
- 9-A
- 10-B
- 11-A
- 12-C
- 13-B
- 14-A
- 15-A
- 16-C
- 17-D
- 18-D
- 19-C
- 20-B
- 21-C
- 22-A
- 23-D
- 24-B
- 25-D
- 26-C
- 27-D
- 28-C
- 29-B
- 30-D
- 31-B
- 32-A

33-C
34-D
35-A
36-B
37-D
38-C
39-D
40-B

PROVA D

1. O princípio da imparcialidade do juiz é um dos princípios gerais do Direito Processual e também é referido como
 - a) princípio do juiz natural.
 - b) garantia de acesso à justiça.
 - c) dever de fundamentação das decisões judiciais.
 - d) princípio da duração razoável do processo.

2. Os princípios do contraditório e da ampla defesa são compreendidos como
 - a) tratamento igualitário aos substancialmente iguais.
 - b) ninguém poderá ser julgado sem ter um defensor.
 - c) ciência ao litigante dos atos praticados pelo juiz e pelo adversário, com oportunidade para se manifestar.
 - d) o juiz deve se manter equidistante e assegurar paridade entre as partes.

3. Quando um juízo expede carta precatória para a prática de atos processuais em outra comarca, atende a um princípio da jurisdição denominado
 - a) investidura.
 - b) aderência ao território.
 - c) juiz natural.
 - d) inevitabilidade.

4. Sobre a competência, é correto afirmar que
 - a) a competência absoluta é fixada por critérios de ordem pública e por isso não pode ser alterada pela vontade das partes.
 - b) a competência relativa é fixada por critérios de ordem pública e por isso não pode ser alterada pela vontade das partes.
 - c) em regra, o juiz deve controlar de ofício a incompetência relativa, pois suas regras tutelam o interesse público.
 - d) as partes podem escolher livremente o foro onde o processo irá tramitar, ainda que se trate de competência absoluta.

5. São elementos que permitem identificar e distinguir as ações:
 - a) As partes, a causa de pedir e o pedido.
 - b) As partes, a possibilidade jurídica do pedido e o interesse de agir.
 - c) O processo, a competência e a jurisdição.
 - d) As partes legítimas, o fundamento jurídico do pedido e os fatos.

6. Assinale a alternativa correta:
 - a) Não existe direito fundamental à motivação das decisões judiciais, uma vez que muitas delas são proferidas pelo juiz, ao longo do processo, sem necessidade de qualquer fundamentação.
 - b) O princípio da vinculação do juiz ao pedido permite que o juiz decida da forma que lhe parecer mais justa, podendo conceder pedido diverso do formulado na petição inicial, em obediência ao princípio da economia processual.
 - c) O juiz não pode conceder pedido diverso do formulado na petição inicial, salvo nos casos excepcionalmente previstos pela lei.
 - d) Os princípios fundamentais do processo só são aqueles expressamente previstos pelo legislador. Assim, não podem ser invocados os chamados princípios implícitos.

7. Assinale a alternativa correta:

- a) Em face do princípio da verdade real ou da máxima probabilidade, a prova pericial, desde que elaborada com rigoroso critério científico, sempre prevalece no âmbito do direito processual sobre a prova testemunhal.
- b) O princípio dispositivo informa o processo civil, permitindo ao juiz agir de ofício e ordenar a inquirição de testemunhas referidas nas declarações das partes ou das testemunhas.
- c) O princípio dispositivo é aquele segundo o qual o juiz deve manter-se distante das partes, não podendo ter qualquer iniciativa probatória, exceto no que se refere à condenação por fato diverso daquele que consta do processo.
- d) Nenhuma prova se sobrepõe, em tese, à outra, cabendo ao juiz apreciar todas as provas e valorá-las, explicitando na decisão os fundamentos do seu convencimento.

8. Assinale a alternativa correta:

- a) Embora o Ministério Público possa intervir em alguns processos como fiscal da ordem jurídica, não tem legitimidade para figurar como parte em processos judiciais, por ser órgão destituído de personalidade jurídica própria.
- b) Quando o Ministério Público atua no processo, civil ou penal, como fiscal da ordem jurídica, ele é chamado a dar pareceres, mas não pode interpor recursos.
- c) A intervenção de sociedade de economia mista no processo, a qualquer título, é sempre motivo para que a causa seja julgada pela Justiça Federal.
- d) Se a União é parte de um processo, a competência é da Justiça Federal.

9. Assinale a alternativa correta:

- a) Os tribunais não têm competência para julgar recursos, somente ações.
- b) Os tribunais só têm competência para julgar recursos.
- c) Os tribunais têm competência para julgar ações e recursos.
- d) A competência dos tribunais só está prevista na legislação ordinária.

10. "Ação é o *direito ao exercício da atividade jurisdicional* (ou o poder de exigir esse exercício). Mediante o exercício da ação provoca-se a jurisdição, que por sua vez se exerce através daquele complexo de atos que é o processo" (Antonio C. A. Cintra, Ada Pellegrini Grinover e Cândido R. Dinamarco, *Teoria geral do processo civil*, 22ª ed. São Paulo: Malheiros, 1995, p. 265). Em relação à ação, assinale a alternativa correta:

- a) Existem várias teorias sobre o direito de ação, sendo que algumas afirmam a autonomia do direito de ação, mas há consenso quanto ao fato de que o direito de ação é um direito totalmente abstrato de agir, isto é, não tem qualquer ligação com o direito material.
- b) O estudo da natureza jurídica da ação aplica-se não somente ao processo civil, como também ao processo penal.
- c) É pacífico que o exercício do direito de ação é subordinado a três condições: legitimidade, interesse e tempestividade.
- d) A ação penal é sempre proposta pelo Ministério Público, que é o seu titular, conforme expressamente determina a Constituição Federal.

11. João, 41 anos, comparece à Promotoria de Justiça, solicitando informações sobre a possibilidade de o Promotor de Justiça ajuizar ação revisional de alimentos em face de seu filho. Na oportunidade, João é atendido pelo estagiário do Ministério Público, Antônio. Este último, invocando sua qualidade funcional e apresentando a João um cartão com insígnia privativa dos membros do Ministério Público, oferece a João seus serviços, dizendo para procurá-lo após as 19 horas, em frente ao fórum. Afirmou Antônio, ainda, que poderia ajuizar a ação competente por um preço "acessível" e que detinha muito conhecimento e influência na comarca por ser estagiário do Ministério Público há mais de um ano. A conduta do estagiário

- a) viola dever funcional, sendo incompatível com a natureza da atividade e enseja sanção correspondente à transferência do local do exercício do estágio, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público.
- b) viola dever funcional e poderá ensejar penalidade de advertência, por escrito, pelo Secretário Executivo da Promotoria de Justiça, que deverá ser ratificada pelo Corregedor Geral do Ministério Público.

- c) viola dever funcional, podendo o estagiário ser suspenso pelo Secretário Executivo da Promotoria de Justiça a que estiver administrativamente vinculado, sujeito o ato a ratificação do Procurador-Geral de Justiça, sem prejuízo do descredenciamento, mediante procedimento administrativo sumário, garantida ampla defesa.
- d) viola dever funcional, acarretando descredenciamento automático.

12. Estagiário credenciado, durante o exercício de suas funções perante determinada Promotoria de Justiça, foi reprovado em duas disciplinas do currículo pleno do curso de bacharelado. Assinale a alternativa correta:

- a) É automaticamente descredenciado.
- b) Poderá optar em continuar o estágio, desde que tenha demonstrado conhecimento prático na matéria em que houve a reprovação.
- c) Somente ocorrerá o descredenciamento se a reprovação em duas matérias se repetir, novamente, no ano seguinte ao da primeira reprovação.
- d) Poderá continuar o estágio, desde que obtenha autorização expressa do Promotor de Justiça.

13. Assinale a alternativa correta:

- a) O estágio no Ministério Público confere ao estagiário vínculo empregatício com o Estado, assegurando-lhe direitos e vantagens conferidas a servidores públicos.
- b) Para fins de inscrição no Concurso de Credenciamento de Estagiário do Ministério Público, deverá o candidato ser brasileiro, estar no pleno gozo dos direitos políticos, ter boa conduta e estar matriculado em qualquer curso de graduação, de escola oficial ou reconhecida.
- c) É permitido ao estagiário usar papéis com o timbre do Ministério Público, em qualquer matéria alheia ao serviço.
- d) O credenciamento dos estagiários dependerá de prévia aprovação em concurso público de provas e títulos, nos termos de regulamento aprovado pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça.

14. Estagiário, sem autorização de qualquer integrante da Promotoria de Justiça, passa a relatar, publicamente, em sua página de rede social da internet, todos os fatos relevantes que veio a ter conhecimento no exercício das funções de estagiário. Referida conduta

- a) não viola dever funcional, mas poderá ensejar advertência pelo Conselho Superior do Ministério Público.
- b) ofende a dever imposto ao estagiário, passível de procedimento administrativo sumário que poderá ensejar seu descredenciamento.
- c) somente configurará violação a dever legal se praticada durante o expediente ou através de computador da Promotoria de Justiça.
- d) ensejará a transferência do estagiário a bem do serviço público, com prejuízo da bolsa mensal correspondente ao mês da infração funcional.

15. Com relação ao exercício das funções de estagiário do Ministério Público, assinale a alternativa correta:

- a) Ao estagiário é permitido utilizar-se de equipamentos e bens da Promotoria de Justiça para fins alheios ao exercício do estágio, ou ainda utilizar-se do computador da Promotoria de Justiça para acessar e-mail pessoal ou navegar em sites extraoficiais, durante o horário do estágio, sem autorização do órgão do Ministério Público a quem servir.
- b) A jornada de estágio deve ser cumprida de acordo com a disponibilidade do estagiário, desde que respeitado o horário de expediente forense e o limite máximo de 25 horas semanais.
- c) O estagiário pode desempenhar qualquer cargo, emprego, ou função pública.
- d) Ao estagiário é vedado ter comportamento incompatível com a natureza da atividade funcional, apresentando-se embriagado ou com trajes e vestimentas incompatíveis com a função.

16. Assinale a alternativa correta:

- a) O Ministério Público é órgão auxiliar do Poder Legislativo, incumbido de zelar pela ordem jurídica, pelo regime democrático e pelos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- b) O Ministério Público integra o Poder Judiciário e tem como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- c) O Ministério Público é uma Instituição essencial à função jurisdicional do Estado, a quem incumbe a titularidade da ação penal pública.
- d) O Ministério Público é instituição independente dos demais poderes, dotado de autonomia financeira, cujos membros podem exercer a advocacia, desde que previamente autorizados pelo Procurador-Geral de Justiça.

17. Assinale a alternativa correta:

- a) O Ministério Público atua como fiscal da lei, mas não como fiscal da ordem jurídica.
- b) Cabe sempre ao juiz decidir se o Ministério Público deve ou não intervir no processo.
- c) Cabe sempre ao Ministério Público decidir se atua ou não no processo, não podendo o juiz exercer qualquer tipo de controle da atuação do Promotor de Justiça, tendo em vista a independência funcional.
- d) No exercício de suas funções, o Ministério Público é legitimado a propor ações, bem como a exercer poderes investigatórios, que não se restringem ao âmbito penal.

18. Assinale a alternativa correta:

- a) Não há previsão para a atuação do Ministério Público em ações diretas de inconstitucionalidade.
- b) Ao Ministério Público não é prevista a função de defender o patrimônio público, considerando que as pessoas jurídicas de direito público possuem procuradores incumbidos dessa defesa.
- c) Cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia.
- d) Não cabe ao Ministério Público promover o controle de constitucionalidade de leis municipais, haja vista o interesse meramente local.

19. Assinale a alternativa correta:

- a) É função do Ministério Público a representação judicial das entidades públicas que não constituam advogados para se defender.
- b) O Ministério Público pode promover representação para fins de intervenção do Estado em Municípios, nos casos previstos na Constituição Federal.
- c) Não é função do Ministério Público defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- d) É função do Ministério Público a defesa e a consultoria de entes públicos.

20. Assinale a alternativa correta:

- a) Não cabe ao Ministério Público promover a responsabilidade civil daqueles que causam dano ao meio ambiente.
- b) A legitimidade atribuída ao Ministério Público para as ações civis é sempre exclusiva, nunca concorrente.
- c) O rol de funções constitucionais do Ministério Público é taxativo.
- d) Cabe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público, inclusive para pleitear, em juízo, o ressarcimento dos danos ao erário.

21. Considerado o *iter criminis*, nos crimes materiais, pune-se a

- a) preparação, a execução e a consumação.
- b) execução e a consumação.
- c) cogitação, a preparação e a execução.
- d) cogitação, a execução e a consumação.

22. Crimes que lesam dois ou mais bens jurídicos; crimes que têm resultado naturalístico, mas não dependem da sua ocorrência para se consumarem; crimes que exigem uma especial condição do sujeito ativo, são denominados pela doutrina, respectivamente, de

- a) complexos, formais e próprios.
- b) plurissubjetivos, de mera conduta e próprios.
- c) complexos, qualificados e de mão própria.
- d) plurissubsistentes, formais e especiais.

23. Dois dias antes de completar 18 anos, "A", agindo com intenção de matar, atira em um desafeto, que vem a falecer uma semana depois, quando "A" já havia completado 18 anos. Na hipótese, é correto afirmar que

- a) "A" é culpável, pois o Código Penal adota, para o tempo do crime, a teoria do resultado, que ocorreu quando ele já havia completado 18 anos.
- b) "A" não é culpável, pois o Código Penal adota, para o tempo do crime, a teoria da ubiquidade.
- c) "A" não é culpável, pois o Código Penal adota, para o tempo do crime, a teoria da atividade, que ocorreu quando ele tinha menos de 18 anos.
- d) "A" é culpável, pois o Código Penal adota, para o tempo do crime, a teoria da equivalência dos antecedentes causais.

24. Em relação aos institutos da desistência voluntária e do arrependimento eficaz (art. 15 do Código Penal), pode-se dizer que

- a) a desistência voluntária aplica-se especificamente aos crimes sem violência ou grave ameaça.
- b) na desistência voluntária, o agente esgota os meios de execução, mas o crime não se consuma por circunstâncias alheias à sua vontade.
- c) a desistência voluntária é causa excludente de ilicitude.
- d) no arrependimento eficaz, o agente se arrepende depois de esgotados os meios de execução e, por sua própria vontade, impede que o resultado se consuma, respondendo pelos atos praticados.

25. "A" e sua companheira "B" conviviam em união estável. "A" manifestou o desejo de romper a relação e por isso discutiram. Após, ambos foram dormir. "B", intencionada a matá-lo, por volta das 04 horas, enquanto "A" aparentemente dormia, desferiu-lhe 12 facadas. A perícia atestou que "A" morreu por volta de 02 horas, de infarto do miocárdio, sem relação com a discussão havida. No caso, "B"

- a) não responde por qualquer crime por incidir, no caso, o instituto do crime impossível (art. 17 do Código Penal).
- b) responde por crime na forma tentada, pois iniciou a execução do crime que não se consumou, pois "A" já estava morto.
- c) responderá por crime preterdoloso.
- d) está amparada por uma causa excludente de ilicitude.

26. Sobre o tema *concurso de pessoas*, assinale a alternativa que aponta circunstância que descaracteriza o instituto:

- a) A pluralidade de condutas, ainda que haja divisão de tarefas.
- b) A pluralidade de condutas colaterais.
- c) A relevância causal das condutas, ainda que um dos agentes tenha participação de menor importância.
- d) O liame subjetivo.

27. O Supremo Tribunal Federal iniciou o julgamento no qual se discute a descriminalização do crime de porte de droga para consumo pessoal. Vendo o noticiário pela televisão, acreditando sinceramente que o julgamento já havia se encerrado e que, doravante, a conduta não mais configuraria crime, uma pessoa adquire droga para consumo pessoal. O equívoco dessa pessoa caracteriza

- a) erro de tipo
- b) erro na execução material do delito (*aberratio ictus*).
- c) delito putativo por erro de tipo.
- d) erro de proibição.

28. Os artigos 33, § 3º, e 59, inciso III, ambos do Código Penal, determinam que, na fixação do regime inicial de cumprimento de pena, o juiz deverá considerar as

circunstâncias judiciais favoráveis e desfavoráveis. Ao condenar um acusado à pena de 02 anos de detenção, e após analisar as referidas circunstâncias, o juiz poderá fixar o regime inicial

- a) fechado ou semiaberto.
- b) fechado, semiaberto ou aberto.
- c) semiaberto ou aberto.
- d) aberto, somente.

29. No sistema trifásico de aplicação da pena, o juiz deve considerar a reincidência (circunstância agravante genérica - art. 61, inciso I, do Código Penal) e a tentativa (causa geral de diminuição da pena - art. 14, inciso, II, do Código Penal)

- a) na primeira e segunda fases, respectivamente.
- b) na primeira e terceira fases, respectivamente.
- c) ambas na segunda fase, uma compensando a outra.
- d) na segunda e terceira fases, respectivamente.

30. A prescrição que ocorre entre a publicação da sentença condenatória e o trânsito em julgado da condenação, e calculada com base na pena concreta (fixada na sentença), é da pretensão

- a) punitiva, modalidade retroativa, que extingue todos os efeitos penais do fato.
- b) punitiva, modalidade intercorrente ou superveniente, que extingue todos os efeitos penais do fato.
- c) punitiva, modalidade propriamente dita, que extingue a pena, permanecendo intactos os efeitos secundários da condenação.
- d) executória, que extingue a pena, permanecendo intactos os efeitos secundários da condenação.

31. É correto afirmar que

- a) nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem.
- b) os negócios jurídicos benéficos e a renúncia se interpretam extensivamente.
- c) o negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação e convalesce pelo decurso do tempo.
- d) os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.

32. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com

- a) a elaboração de seu estatuto social e aprovação pelos sócios.
- b) a averbação de sua ata de constituição no Tabelionato de Protesto.
- c) a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- d) o registro na Junta Comercial do Estado.

33. São pessoas jurídicas de direito público interno:

- a) Os partidos políticos, as organizações religiosas e as fundações.
- b) As embaixadas e os consulados.
- c) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas.
- d) Os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.

34. Assinale a alternativa correta quanto ao nome da pessoa:

- I - Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.
 - II - O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
 - III - Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.
 - IV - O prenome da pessoa só pode ser mudado até os dezoito anos.
- a) I, II e IV são verdadeiras.
 - b) I, II e III são verdadeiras.
 - c) I, III e IV são verdadeiras.
 - d) Todas são verdadeiras.

35. Com relação ao domicílio da pessoa natural é correto afirmar:

I - O domicílio é o lugar onde a pessoa natural estabelece sua residência com ânimo definitivo.

II - O domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, é o lugar onde esta é exercida.

III - Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar de sua última residência conhecida.

IV - Se a pessoa natural tiver várias residências, onde, alternativamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.

- a) I, II e III são verdadeiras.
- b) II, III e IV são verdadeiras.
- c) I, II e IV são verdadeiras.
- d) Todas são verdadeiras

36. A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Para os menores, cessará a incapacidade

- a) pelo ingresso em curso superior antes dos dezoito anos.
- b) pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de emprego, desde que, em função deles, o menor de dezesseis anos completos tenha economia própria.
- c) pelo exercício da função de estagiário, ainda que em caráter informal.
- d) pela obtenção do título de eleitor.

37. Os bens móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade são

- a) fungíveis.
- b) consumíveis.
- c) divisíveis.
- d) indivisíveis.

38. Assinale a alternativa correta quanto a bens públicos:

- a) Os bens públicos dominicais podem ser alienados, dependendo da discricionariedade da Administração.
- b) Os bens públicos de uso comum só podem ser alienados mediante ação de usucapião.
- c) São bens públicos de uso especial os rios, os mares, as estradas, as ruas e as praças.
- d) Os bens públicos de uso comum podem ser de uso gratuito ou oneroso, como no caso da cobrança de pedágio nas estradas.

39. Assinale a alternativa correta:

- a) O ato anulável produz efeitos até ser declarada sua nulidade e pode ser convalidado pela ratificação das partes, salvo quanto ao direito de terceiro.
- b) Se o erro é escusável o negócio jurídico não pode ser anulado.
- c) O dolo essencial só obriga à satisfação das perdas e danos, e é essencial quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.
- d) O erro de cálculo permite a anulação do negócio jurídico, mas não permite perdas e danos.

40. A desconsideração da personalidade jurídica

- a) depende da aprovação da ata de desconstituição da empresa pela maioria dos sócios.
- b) pode ocorrer em caso de abuso da personalidade, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial.
- c) depende de requisição judicial ou do pedido de falência por algum credor.
- d) só pode ser requerida judicialmente pelo Ministério Público.

GABARITO DA PROVA D

- 1-A
- 2-C
- 3-B

4-A
5-A
6-C
7-D
8-D
9-C
10-B
11-C
12-A
13-D
14-B
15-D
16-C
17-D
18-C
19-B
20-D
21-B
22-A
23-C
24-D
25-A
26-B
27-D
28-C
29-D
30-B
31-D
32-C
33-C
34-B
35-C
36-B
37-A
38-D
39-A
40-B

(Publicar no D.O.E. dias 22, 23 e 27/10/2015)